

Apresentação

Paulo Pinheiro Machado*
Ânderson Marcelo Schmitt**

Tendo iniciado suas publicações no ano de 1986, a Revista Cadernos do CEOM sempre contou com o trabalho de autores, pareceristas, editores, revisores e inúmeros outros especialistas. Graças a estes profissionais, no passado e no presente, a Revista chega à sua edição de número 50, apresentando o Dossiê História Social e Política. Ao propor esta temática, os editores convidados acreditam que ela sintetiza de forma precisa a miríade de temas que transpassou a trajetória da Revista e a atuação da sua instituição mantenedora, o Centro de Memória do Oeste Catarinense.

Entre a(s) História(s) Social e a Política é possível abarcar diferentes ramos da vivência humana, sendo elas o palco para lutas econômicas e culturais, ao mesmo tempo em que não se sobrepõem, nem são sobrepujadas por nenhuma dessas áreas. Assim, diferentemente daquela história política considerada tradicional, que prezava pela descrição de fatos e atuação de atores políticos, as pesquisas aqui apresentadas se dirigem – quando o fazem – a partidos políticos e ao aparelho de Estado como constructos humanos, ao se levar em consideração as forças socioculturais e econômicas que agem em diferentes escalas. Como afirmou Hobsbawm, a influência da História Social está presente em diversas áreas da historiografia, não sendo possível isolá-la (2013, p. 111-112).

Por esta ótica podemos avaliar o primeiro artigo deste número, intitulado “A Legação brasileira em Berlim (1931-1935): o cotidiano diplomático em um país em transformação”, de autoria de Peter Johann Mainka. Nele, o autor evidencia a longa história de relações entre germânicos e (luso-) brasileiros, dando atenção à primeira metade da década de 1930, período no qual os dois países possuíam posições marcadamente nacionalistas e

anticomunistas. Para isso, analisa o dia a dia dos representantes diplomáticos brasileiros em Berlim.

Por sua vez, Marcos Alexandre Arraes e Matheus Falcão, em seu artigo “As cidades são meios e os meios são as mensagens: uma leitura estético-política das reformas urbanas na América Ibérica durante a *Belle Époque*”, analisam as características da modernidade, tanto “como conceito histórico” – nas palavras dos autores – como “enquanto conceito estético”, a partir das modificações urbanas na Ibero-América na passagem do século XIX para o XX. Os autores sugerem que estas transformações buscavam tanto um fim estético como um político, de controle social em si.

As fontes para a escrita da História Social e Política são o tema do artigo de Bruno Mandelli e João Henrique Zanelatto. Em “As fontes judiciais como material de pesquisa para a História Social e Política: os processos de acidentes de trabalho no contexto da legislação social”, os autores realizam uma explanação metodológica do fazer historiográfico a partir de arquivos judiciais relacionados ao mundo do trabalho. A historicidade da própria criação dos conjuntos documentais não passa despercebida pelos autores.

Uma das características das pesquisas ligadas à Nova História Política ou à História Social é a variação de escalas. O artigo “Da conciliação trabalhista à resistência brizolista: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na região Oeste de Santa Catarina (1950-1965)”, de autoria de Claiton Marcio da Silva e Carla A. Rigo vai exatamente neste sentido, ao demonstrar como, na escala regional, o contexto político nacional era interpretado e influenciava o Oeste Catarinense, região com relações clientelistas e de mandonismo bastante específicas.

* Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: <paulo.pinheiro.machado@ufsc.br>.

** Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: <anderschm@gmail.com>.

Também por uma escala mais reduzida é realizada a pesquisa que gerou o artigo de Mateus Gamba Torres, intitulado “Duas histórias processuais memória e tortura na operação barriga verde 1975”. A partir do caso catarinense e da análise de episódios judiciais específicos, Torres lança mais alguma luz sobre os anos de chumbo da História brasileira, relativos ao momento em que apenas começava a se demonstrar um enfraquecimento da Ditadura Militar, que apenas chegaria ao fim anos depois.

O próximo artigo, “Guerra fria: uma arqueologia do conceito (e sua atualidade) a partir do ocidente”, de autoria de Marcos Alexandre Arraes, revisita o conceito de Guerra Fria, tendo por objeto a prática de criação do inimigo, a partir de uma alteridade permanente. Para muito além da oposição política e econômica simples, o artigo informa sobre a relevância “[...] de se entender as estruturas simbólicas da Guerra Fria – sendo elas tão ou mais importantes que as questões políticas, militares e econômicas geralmente priorizadas pela historiografia do tema”, conforme enfatiza o autor.

Em “O combate de Rio das Antas (novembro de 1914): algumas considerações iniciais”, Márcia Janete Espig apresenta novas possibilidades de análise sobre os locais de batalhas da Guerra do Contestado. A autora evidencia que, embora exista um grande número de trabalhos sobre este conflito, novas metodologias e perspectivas historiográficas podem evidenciar outras características desta guerra que tanto marca o imaginário social de uma vasta área sul-brasileira. O combate do Rio das Antas foi muito pouco estudado pelos autores anteriores, configurando-se como um verdadeiro ponto de inflexão dentro do movimento sertanejo.

Encerrando o Dossiê, Jaqueline Schmitt da Silva analisa as disputas ocorridas na política imperial brasileira entre conservadores e a liga progressista no final da década de 1860. Em “Zacarias de Góes e Vasconcelos e seus discursos no Senado entre 1868 e 1869”, a autora evidencia, a partir do caso específico de um senador, como começaram a ocorrer as cisões que contribuíram para a queda da monarquia vinte anos depois.

Neste número da Revista, ainda se encontram dois artigos recebidos em fluxo contínuo. Em “Breve perspectiva historiográfica sobre a ancestralidade da etnia indígena Kaingang”, Gaudêncio, Martins, Silveira e Rodrigues buscam o histórico Kaingang a partir das citações de diversos autores que entraram em contato com este grupo. Por sua vez, Paulino Eidt, em “O caminho virtuoso das escolas paroquiais nas frentes agrícolas no Sul do Brasil: impactos da Lei da Nacionalização de 1938”, traça a trajetória deste modelo de ensino, juntamente com suas características religiosas.

Esperamos que os leitores aproveitem a leitura dos trabalhos. Sem eles, os leitores, a Revista Cadernos do CEOM não teria chegado à sua edição de número 50. Em momentos de perigosa valorização do anti-intelectualismo, espera-se que a curiosidade sobre a História regional, brasileira e global continue despertando interesse do público leitor, para que outros 50 números possam ser editados.

Referências

HOBSBAWM, Eric J. **Sobre História**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.